

# **MOVIMENTO SOCIAL E ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO NO CAMPO DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS**

**BERENICE CORSETTI.** – UNISINOS – [bcorsetti@unisinios.br](mailto:bcorsetti@unisinios.br)

**GT:** História da Educação / n.02

**Agência Financiadora:** Sem Financiamento

## **Introdução**

As investigações sobre a História da Educação Brasileira, que têm privilegiado o enfoque regional, têm demonstrado ser, no Rio Grande do Sul, um campo fértil e bastante promissor. Com diferentes temas, objetos, teorias e métodos, diversos pesquisadores têm apresentado contribuição relevante para a área. Nesse contexto, a história das instituições escolares tem recebido uma atenção que vem crescendo, o que pode ser perceptível através de publicações, trabalhos apresentados em eventos expressivos da área, teses e dissertações.

O trabalho que apresentamos situa-se nesse processo de produção de conhecimento, procurando, à luz das discussões teóricas que orientam a pesquisa sobre a história das instituições educativas, contribuir com as reflexões que vêm se efetivando sobre essa temática.

O objeto de nosso estudo é a relação estabelecida entre um movimento social importante na história rio-grandense, ou seja, o movimento ferroviário, e a questão educacional, mais especificamente as iniciativas do Departamento da Educação da Cooperativa dos Ferroviários do Rio Grande do Sul, culminando com o resgate de uma de suas experiências representada pela Escola Silva Jardim, de Porto Alegre/RS. Através da recuperação da história dessa escola, procuramos evidenciar as possibilidades investigativas desse campo que denominamos história das instituições escolares.

Em virtude das dimensões estabelecidas para este texto, apresentamos uma reflexão teórica sucinta sobre essa área em que situamos nossas reflexões, informando, também, que priorizaremos a trajetória da escola, através da qual componentes metodológicos estarão sendo apresentados, como, por exemplo, os aspectos da estrutura física, os elementos didático-pedagógicos e os de administração e gestão. A organização do texto, assim, se dará através da narrativa que retoma a história da escola. Quanto aos elementos metodológicos, seguimos as

orientações que nos foram possibilitadas pelos pesquisadores que têm trabalhado no assunto e que apresentamos na primeira parte do trabalho.

### **1. A história das instituições educativas.**

Partindo do pressuposto de que a história da educação brasileira trata, como os demais campos da história de nosso país, de uma realidade social complexa, não podemos tratar os processos que envolvem a população brasileira como se fossem parte da história de um grupo homogêneo. Desde suas origens, o Brasil se constituiu como uma sociedade multifacetada, extremamente hierarquizada e com grandes diferenças sócio-culturais.

A história da educação trata, pois, de um objeto complexo e multidimensional, constituindo-se numa área do conhecimento que se apropria desse objeto – educação – a partir de uma abordagem historiográfica dos fenômenos educativos, que são reconstruídos e representados através de narrativas. Valendo-se dos avanços teóricos-metodológicos da ciência histórica, bem como de sua abertura a novas fontes, a história da educação tem construído novas possibilidades analíticas ricas e promissoras.

A história das instituições educativas insere-se nessa perspectiva. Tentando explicitar mais amplamente nosso entendimento sobre o tema, valemo-nos das considerações de Justino Pereira de Magalhães, que nos diz:

A “instituição educativa” constitui, no plano histórico, como no plano pedagógico, “uma totalidade em construção e organização”, investindo-se numa identidade. Totalidade em organização, a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os atores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos condicionalismos e às circunstâncias. A instituição educativa constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção do seu projeto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas, sociológicas, administrativas, relações de poder e comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber. (MAGALHÃES, 1999, p. 68-69)

Constituindo-se, portanto, numa possibilidade investigativa instigante, a história das instituições educativas vale-se da tanto da memória oral e escrita, como da documentação de arquivo, utilizando uma variedade de fontes que, por sua diversidade,

possibilita uma visão de conjunto mais ampla do que a que poderia se obter através de uma única tipologia de fonte. Com base nas informações que a pesquisa das fontes permite obter, o historiador da educação desenvolve uma análise sistemática, define as hipóteses-problema e constrói um sentido para suas investigações.

Valendo-nos ainda de Justino Magalhães (1999), destacamos alguns aspectos que merecem ser considerados nos estudos relacionados com a história das instituições educativas, a saber: os espaços, contextos e estrutura arquitetônica dos edifícios; a área pedagógica e didática; a área de direção e gestão. A partir desses elementos, a investigação sobre a instituição educativa deve considerar a relação entre professores, alunos e funcionários, bem como os órgãos de chefia e de poder. Além disso, é da maior relevância a dimensão sócio-cultural que a cerca. Conhecendo e caracterizando os atores, percebendo os motivos de suas ações, de suas expectativas e formas de realização, é possível a construção de uma história de uma instituição educativa que identifique a identidade cultural e educacional, constituindo uma interpretação de sua trajetória histórica, à luz do seu modelo educacional.

Ainda no plano das contribuições teóricas relacionadas à história das instituições escolares, destacamos Décio Gatti Jr., quando nos coloca:

Aparentemente, há um duplo movimento que tem beneficiado este processo de inovação paradigmática e conseqüentemente temática no âmbito da história da educação. Por um lado, o afluxo de pesquisadores qualificados (entre os quais estão muitos historiadores) para as diversas regiões brasileiras, que não estavam interessados em desenvolver pesquisas ancoradas nos grandes centros, mas sim, estudos voltados para a temática regional. (GATTI Jr., 2002, p. 16-17)

Comenta ainda, o autor, que esses mesmos pesquisadores – historiadores ou não – sofriam o impacto das novas tendências da pesquisa histórica, nas quais as especificidades e singularidades regionais, ou mesmo locais, passaram a ser vistas como objetos de estudo relevantes, passando a promover suas investigações sobre o passado apropriando-se de um corte eminentemente histórico, passando a abandonar:

[...] as imposições advindas, primeiro, do campo filosófico, no qual prevalecia a concepção de que o pensamento educacional se sobreponha à própria realidade da educação, e, em segundo, do campo sociológico, em que prevalecia o enquadramento, um tanto forçado, dos processos educacionais em grandes teorias determinadas aprioristicamente. (GATTI Jr., 2002, p. 17).

Outros autores vêm refletindo sobre as possibilidades desse campo de investigação, entre os quais destacamos a contribuição de Ragazzini, quando nos coloca:

A história da escola e das instituições educativas se configuraria como campo de estudos referido aos lugares formais de educação com uma consideração especial exatamente para a escola. Mesmo se o apelo às “instituições educativas” indique a consciência de que a escola não exaure a temática institucional, os estudos na direção não escolar não estão ainda satisfatoriamente desenvolvidos. Todavia novas atenções se apresentam (por exemplo, relativamente à assistência à miséria e ao abandono infantil), atingindo não somente o tipo de instituição estudada, mas também o modo de estudá-la. O enfoque tradicional voltado aos aspectos constitutivos de ordem legislativa ou normativa mostra-se, por si só, parcial e insuficiente”. (RAGAZZINI, 1999, p. 25 e 26).

Como podemos perceber, a história das instituições escolares veio enriquecer com enfoques e análises novas a História da Educação. Com o surgimento deste novo campo, a história das instituições educativas, a História da Educação passou a ser também a história, das leituras, de professores, de disciplinas, de didáticas, de métodos, de políticas, da relação professor – aluno, da cultura escolar. Constitui-se, portanto, numa variedade de objetos que enriquecem a história da educação. Esses “novos objetos”, por sua vez ampliam consideravelmente o conceito de fontes, ou documentos relevantes ao trabalho do historiador da educação.

Flávia Werle destaca-se, também, entre as pesquisadoras que têm contribuído significativamente para o avanço do conhecimento no campo da história das instituições escolares. E ela que nos diz; “História das instituições escolares é memória que se reconstrói pelo poder de perpetuação de suas bases; mas é, fundamentalmente, história narrada a partir da crítica ao monumento, marca de poder de uma época, de uma sociedade.” (WERLE, 2004, p. 21).

É ainda Justino Magalhães que nos coloca que, para se ter condições de elaborar a história das instituições escolares, têm que se analisar sua “identidade cultural educacional”. E conclui:

A História de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexificação crescente, pelo que, à triangulação entre os históricos anteriores, à memória e ao arquivo, se haverá de contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição – o seu modelo pedagógico. São múltiplas

as virtualidades deste esforço de síntese desta construção orgânica, compreensiva e explicativa, que permite reavaliar toda a análise historiográfica anterior, incluindo o seu sentido hermenêutico, e preparar, de forma estruturada, a síntese final – a história da instituição educativa. (MAGALHÃES, 1999, p. 72).

Para Ester Buffa (2002), pesquisar as instituições escolares é se debruçar sobre estudos de “filosofia e história da educação” no Brasil, pois estas estão imersas nestes conceitos e todas as políticas que são elaboradas no país acabam deixando alguma “marca” nestas instituições. Assim, quando as pesquisas são realizadas com seriedade acabam enriquecendo em muito a história da educação brasileira.

Assim, em termos historiográficos, estudar essas instituições implica em resgatar documentos, textos, memórias orais, arquivos, fotos e todo o material que ajudar a reconstruir a história como um todo. É preciso imergir no cotidiano de uma instituição para poder entender todo o processo envolvido. As instituições educativas têm uma estrutura física e uma estrutura administrativa. É necessária se analisar as duas, pois ambas são importante para que possamos fazer a análise de todo o contexto.

A partir dessas considerações, podemos perceber que a história das instituições educativas busca recuperar a identidade ímpar para cada instituição, considerando seu modelo educacional, sua estrutura, seus sujeitos e sua forma de organização.

Tendo como referência sintética os elementos que apontamos, apresentamos os elementos mais significativos da pesquisa realizada em torno da história da instituição escolar denominada Escola Silva Jardim, buscando recuperar sua relação com o importante movimento social que foi o dos ferroviários do Rio Grande do Sul e com suas preocupações educacionais.

## **2. O movimento ferroviário e a questão educacional**

Na história da educação rio-grandense, torna-se importante destacar a contribuição dos trabalhadores ferroviários que, através de sua organização social, colaboraram efetivamente para com o desenvolvimento educacional no Estado, a partir do início do século XX.<sup>1</sup>

Tendo como sede a cidade de Santa Maria, foi fundada, em 26 de outubro de 1913, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do

---

<sup>1</sup> O levantamento empírico deste trabalho foi realizado pela acadêmica do Curso de História da UNISINOS, Rita de Cássia de Azevedo Rodrigues, que teve, assim, importante participação nesta investigação.

Sul. Na sua Ata de Instalação Definitiva, de 27 de abril de 1916, segundo a revista COOPFER (1963), constam, entre os compromissos que assumiam, entre outros, a decisão de fundar, manter e auxiliar instituições escolares de artes e ofícios.

No entendimento dos trabalhadores ferroviários, a educação se fazia necessária para melhorar o nível de entendimento e aprimorar seus conhecimentos profissionais. As escolas de artes e ofícios vinham proporcionar a qualificação profissional e as escolas de alfabetização serviam para, além da instrução básica, trazer hábitos saudáveis e de bons costumes cristãos.

A criação do Departamento de Educação teve como finalidade a obra de difusão da educação e do ensino entre os associados da Cooperativa e ferroviários em geral. Dando cumprimento a essa finalidade de eminente caráter social, foi que se disseminaram, por todo o Estado, desde os núcleos ferroviários mais densos até as mais modestas turmas da Via Permanente, escolas primárias e alfabetização.(Relatório correspondente ao Exercício de 1946, apresentado ao Conselho de Administração, 1947: 8).

Entre as realizações do Departamento de Educação está a Escola de Artes e Ofícios de Santa Maria, que depois foi transformada em Escola Industrial Hugo Taylor, a qual fornecia, além da instrução primária gratuita, o ensino profissional. Além disso, a educação das moças também era preocupação dos cooperativados, que criaram, em 1924, também em Santa Maria, o Curso Complementar Feminino e, em 1927, a Escola Santa Teresinha, que foi inaugurada em 1930, sob a orientação pedagógica das Irmãs Franciscanas. Além do ensino intelectual, as alunas recebiam aulas de culinária, corte e costura, bordado e música.

Merece destaque a iniciativa do movimento ferroviário relacionada à criação das Escolas Turmeiras, que foram criadas pela Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, no período de 1932 até 1976. Todas as escolas estavam inscritas na Secretaria de Educação do Estado e eram orientadas pedagogicamente pelos Irmãos Maristas. O objetivo primordial era a alfabetização de adultos nas pedreiras exploradas pela Viação Férrea. Dessa forma contribuía para que os funcionários obedecessem às ordens de trabalho, enviadas através dos trens, pelos encarregados da Rede Ferroviária.

Não somente os adultos usufruíam da educação escolar, que era estendida a seus filhos e a filhos de agricultores, moradores em regiões de difícil acesso.. Essas escolas

localizavam-se em lugares distantes cerca de 12 km, no mínimo, umas das outras, e sempre nas cercanias das estradas férreas.

Segundo Schneider (2000: 30) "em 1951, eram 89 escolas primárias e cinco grupos escolares mantidos pela Cooperativa, sendo custeados pela verba de Economia e Fretes, onde se matricularam 3964 alunos (as) que contavam com 120 professoras". Em função da limitação das dimensões deste texto, deixaremos de detalhar mais especificamente as características das instituições organizadas e mantidas pelos ferroviários, priorizando alguns elementos que permitam perceber o processo que investigamos.

No período inicial da década de 60, época do cinquentenário da Cooperativa, segundo a Revista Meio Século de Atividade da Cooperativa de Consumo dos Empregados do RS (1963), esta contava com um significativo patrimônio, chegando a ser citada como sendo a maior Cooperativa de Consumo da América do Sul. Porém, no final de 1963, a Cooperativa passa por uma intervenção que durará 12 anos e meio.

No relatório que corresponde ao exercício de 1965, o Conselho Administrativo da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, já demonstrava dificuldades financeiras e declínio no número de escolas. Nesse período ainda eram atendidas 46 unidades escolares, localizadas ao longo da linha férrea. Contabilizam-se nestas escolas restantes tanto grupos escolares, como escolas reunidas e escolas isoladas, com 109 professores, destes 100 civis e 9 religiosos, com um total de 3264 alunos.

Neste mesmo relatório encontra-se a preocupação com a estabilidade financeira, em função dos custos gerados pelos estabelecimentos de ensino e pelo Ginásio Hugo Taylor, onde registram que são onerosos aos cofres devido a instabilidade e desequilíbrio financeiro da Cooperativa.

Ao terminar a intervenção em 16 de outubro de 1976, "a nova Diretoria encontrou em fase final a extinção das escolas turmeiras", segundo o Relatório da Cooperativa, (1977).

Algumas escolas turmeiras e os grupos escolares foram incorporados à Rede Estadual de Ensino. Foram alteradas os nomes dessas escolas, porém, como já trabalhavam sob a orientação da Secretaria Estadual de Ensino, somente adequaram suas propostas e continuaram seu trabalho. Mas, a quase totalidade das escolas encerrou suas atividades, deixando a memória de uma experiência educacional que merece ser considerada.

Nesse cenário é que trazemos a trajetória de uma dessas escolas, cujo estudo foi nossa opção, no sentido de perceber, no campo da história das instituições escolares, a relação entre movimento social e instituição educativa.

### **3. A trajetória da Escola Silva Jardim: do privado ao público**

A escola da Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul que investigamos iniciou, em 1945, como uma Escola Primária Mista da Cooperativa, transformou-se em Escola Ferroviária Silva Jardim e, após, em Grupo Escolar Ferroviário Silva Jardim, junto ao qual, em 1968, houve a criação do Ginásio Estadual. Sofreu em função da crise da Cooperativa e foi desativada como Grupo Escolar Ferroviário, mas seu nome continuou vigorando junto ao Ginásio até 1978, quando é realizada pela SEC a reorganização das Unidades de Ensino, com o surgimento da nomenclatura das Escolas Estaduais de 1º Grau e posteriormente, segundo a nova LDB, a transformação para Escolas de Ensino Fundamental.

Ainda que de forma fragmentada, procuramos acompanhar o caminho percorrido pela Escola Silva Jardim, iniciando com a busca de sua estruturação como instituição privada e acompanhando suas transformações em função do momento sócio-político e econômico em que ocorreram, até chegar a se tornar uma escola estadual.

Em 14 de abril de 1874 é inaugurada, nas proximidades da zona urbana de Porto Alegre, a Estação Gravataí, nome recebido aparentemente pelas proximidades com o rio de mesmo nome. Nas cercanias desta estação organizou-se um importante núcleo ferroviário habitado por diversas famílias, mais conhecido como Quadros dos Ferroviários. Ainda hoje há, nas cercanias, a Vila dos Ferroviários, construída posteriormente e chamada de 2º Quadro dos Ferroviários.

Nas proximidades deste núcleo surgiu, em 1932, a Escola Mista da Cooperativa que ministrava aulas de alfabetização, conforme documentos encontrados na Seção de Controle Escolar - SECOE, vinculado à Secretaria Estadual de Educação e que arquiva, entre outros, os documentos das escolas extintas. Estes, na verdade, são relações de alunos matriculados, com turmas em média de quarenta alunos. O primeiro documento encontrado desta "Turma de Aula de Alfabetização de Adultos" data de 31 de março de 1935. Esses registros, enviados pela Cooperativa, eram padrões nas escolas. Os graus de aproveitamento utilizados eram os seguintes: "ótimo", "bom", "regular", "sofrível" e "mau".



A Escola estava sob orientação das Irmãs Franciscanas, mas todas as escolas da Cooperativa estavam inscritas na rede estadual de ensino. Outro documento encontrado referente à Escola, também uma lista de matrícula e frequência do ano de 1949, fornecido pela Cooperativa, mostra o nome da mantenedora e da verba de auxílio, no caso, Verba de Alfabetização. Nesses relatórios constava o nome da professora titular, da professora auxiliar, relação dos alunos, idade, presença – comparecimento, aproveitamento e observações. No final os professores deveriam registrar a matrícula geral de meninos e meninas, a nacionalidade das crianças, o número de eliminados e a idade dos alunos. Observou-se nesses relatórios pesquisados que o número de meninas evadidas era superior ao número de meninos. Os graus de aproveitamento seguiam os mesmos padrões do relatório de 1935, ou seja: “ótimo, bom, sofrível e mau”.

Esses relatórios também traziam instruções aos professores, relacionadas ao registro dos alunos, frequência e transferências. Esse tipo de relatório foi utilizado até meados de 1957. Após 1958 temos uma modificação no termo “Verba de Alfabetização” para “Departamento de Educação”. Esta forma de guias de registros continuou sendo enviada pela Cooperativa de Consumo dos Empregados da VFRGS, para todas as suas escolas, mas com referência ao Departamento de Educação.

Em histórico criado pela Irmã Elza Pessini consta que, em 1945, a Cooperativa dos Ferroviários construiu na rua A, n.º 1164 – Diretor Pestana - Porto Alegre, dois prédios de madeira com telhas de barro e piso de tábuas (aos moldes das escolas turmeiras), para abrigar a Escola Ferroviária Silva Jardim, de ensino primário. Esses prédios abrigavam oito salas de aula, sala para secretaria e biblioteca, cozinha, “gabinetes sanitários” e depósito. A escola ainda possuía instalações elétricas, água encanada e caixa de água de metal com a capacidade de dois mil litros. O pátio era coberto com cascalho e/ou areia.

Os documentos mais antigos encontrados da escola, além dos dados gerais do estabelecimento organizados pela Irmã Diretora Elza Pessini, são os Regimentos Escolares de 1967, 1970 e 1971, os Planos de Estudo de 1973 e 1974 e documentos de avaliação de alunos. As fontes orais foram de muita utilidade na pesquisa desenvolvida. Foram entrevistadas alunas que freqüentaram a escola, além de professores e gestores. É de uma das alunas a seguinte consideração:

O 1º prédio do Grupo Escolar F. Silva Jardim ficava em frente ao aeroporto, do outro lado da Avenida Farrapos, do quadro entre os trilhos. Foi ali até minha 2ª série, 1968.

Depois foram construídos dois prédios cumpridos de madeirinha, com vidros martelados em uma das salas. Abria-se somente a parte de cima dos vidros para os alunos não olharem para a rua, esses prédios eram mais próximos a estação Diretor Pestana. A merenda era muito gostosa e era diferente, com tipo de coisas que o trem transportava, como leite com trigoinho e sopa com aveia. O leite não sei se era doado por alguém da vila pois muitos tinham gado. Não pagava-se um tostão por nada. Tinha horta no grupo, tínhamos aula nesta horta “ técnicas agrícolas” e muitas cabritas que circulavam por ali, mas não sei se eram da escola. A Irmã Elsa dava aulas de bordado, ensinava pregar botão, pintura, nos colocava sentadas em uma rodinha a trabalhar, tudo em turno inverso. (Entrevista realizada com Soraia Maria Quadrado ex-aluna do GEF Silva Jardim, 2005).

Os regimentos de 1967 e 1970 são exatamente iguais, mas muito bem estruturados e demonstravam todas as práticas da escola. Sempre expondo que seguiam as regras da Cooperativa, da Secretaria Estadual de Educação e os princípios cristãos.

Nesses regimentos há o norteamento geral do grupo escolar, reforçando a subordinação à legislação vigente e traz alguns artigos interessantes sobre a postura da unidade de ensino, como o Artigo 3º que trata das finalidades:

Art. 3º - O Grupo Escolar Ferroviário Silva Jardim tem por finalidade proporcionar aos educandos uma educação integral, norteada pelos ideais cristãos, possibilitando:

- a)- sua integração ao meio sócio-cultural que os envolve e preparando também a vida em outras comunidades;
- b)- o desenvolvimento de qualidades indispensáveis à formação de líder e o despertar da confiança em si mesmo, para a compreensão de sua responsabilidade na promoção do bem-comum;
- c)- a formação de uma atitude crítica e objetiva em face da realidade local, nacional e mundial, para o fornecimento da solidariedade humana. (Regimento do GEF Silva Jardim, 1967: 2).

Podemos observar neste artigo a preocupação com a adaptação das crianças à outras comunidades, uma vez que seus pais poderiam ser transferidos para outros núcleos ferroviários. Ao mesmo tempo havia a preparação para o posicionamento crítico e para as condições de autoconfiança gerada pelos princípios cooperativos.

Como já esclarecemos, o ensino primário era gratuito, misto e em regime de externato. Para ingressar na primeira série a criança deveria ter de seis anos e meio até doze anos, ser filho, tutelado ou irmão menor de ferroviário, de funcionário da

Cooperativa, de aposentado ou pensionista do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), e que vivesse sob o mesmo teto e economia do respectivo responsável. No documento também consta que era facultativo admitir à matrícula filhos de particulares, desde que houvesse vaga e que morassem distante de outras escolas.

As turmas deveriam ser compostas de no mínimo de 25 alunos e de no máximo 35 alunos. O ano letivo iniciaria em meados de fevereiro, e compreendia 200 dias de trabalho escolar, incluindo o tempo reservado para provas e exames. Durante o ano letivo havia dois períodos de férias escolares, um em julho, composto de 20 dias e outro entre os anos letivos.

A escola funcionava em dois turnos: pela manhã a aula era das 8 às 12 horas e à tarde a aula iniciava às 13 horas e terminava às 17 horas. Os intervalos de recreio eram de 20 a 25 minutos entre cada turno e deveriam ter atividades dirigidas ou livres, mas sempre acompanhadas por um professor.

O plano de estudo do Curso Primário de 1970 estava dividido em disciplinas ou matérias básicas (Educação Moral e Cívica, Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais) e disciplinas especializadas ou práticas (Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Musical, Iniciação ao Trabalho, Técnicas Domésticas e Educação Religiosa).

A Irmã Elsa convocava a gente para ir a turno inverso para ensaiar apresentações e desfiles, abria a divisória de duas salas que se transformava em uma sala maior e subia em um banquinho, não podíamos conversar. Como ela era estrábica, não sabíamos ao certo para onde estava olhando, e ensaiava todos os hinos. Nas apresentações e desfile a nossa escola fazia muito bonito. Havia muita Hora Cívica. (Soraia Maria Quadrado, ex-aluna do Grupo Escolar Ferroviário Silva Jardim)

A avaliação do aproveitamento deveria ser quantitativa e qualitativa, com a realização de verificações mensais, semestrais, provas finais, bem como valorização de hábitos, atitudes, habilidades e todas as atividades realizadas pelos alunos. Os critérios de avaliação deveriam ser variados. Mensalmente, a partir de março, os alunos eram avaliados em cada disciplina em grau e maturidade e os pais eram informados do aproveitamento através de boletim ou ficha de avaliação. A aprovação era conferida aos alunos que obtivessem nota ou média final 50, no mínimo. Ao término da 5ª série, o aluno aprovado recebia certificado de conclusão do Curso Primário.

No Regimento de 1971 temos clara a influência da ideologia do Regime Militar, mesmo que a mantenedora ainda fosse a Cooperativa, percebe-se um enrijecimento das idéias, ao desaparecer a preocupação com o desenvolvimento democrático, do conhecimento dos direitos de cidadão e da formação da autoconfiança e liderança, pois isso, neste momento, não se fazia de bom grado, principalmente porque a Cooperativa encontrava-se sob inspeção nesse período. Essas questões estão em diversos artigos.

No Artigo 1º do Regimento de 1971 sobre as finalidades, temos os seguintes incisos:

- a) Educação instrutiva e religiosa;
- b) Educação e instrução moral e cívica, a fim de formar bons cidadãos para a Pátria;
- c) desenvolvimento integral da personalidade humana, preparando-se para a sociedade;
- d) Adquirir hábitos de positiva convivência social.

Segundo o Plano Pedagógico de 1973, encontrado no arquivo da Escola, esse já se referia às quatro séries do fundamental e não mais ao curso primário. Esse Plano foi elaborado a partir das orientações das Revistas nº 2 e nº 3 da SEC “*Currículos por Área*”. Posteriormente, cada professor formulou o Plano de Curso ou Currículo, agora, sob as diretrizes do livro “Plano Estadual de Implantação”, a partir do qual era definido o quê, como e quando deveria ser posto em prática. O documento pretendia ser um instrumento de orientação para a implantação da Lei 5.692/71, considerando a avaliação contínua da reforma pedagógica do 1º Grau neste Grupo Escolar.

Apresenta-se pela primeira vez a filosofia da escola como “educar o aluno para a sua formação integral, isto é, de todas as suas potencialidades, para torná-lo capaz de realizar sua missão humana, social e profissional e de assumir a responsabilidade de seus atos, perante, Deus, a Pátria e a Comunidade”. (Plano Pedagógico do GEF Silva Jardim, 1973).

A Base Curricular neste momento estava organizada em Núcleo Comum e Parte Diversificada. O núcleo comum foi registrado como: Comunicação e Expressão as disciplinas de Língua Nacional, Educação Artística (Plástica Musical e Dramática); Estudos Sociais (Geografia, História, Educação Moral e Cívica, Ensino Religioso) e Ciências (Matemática, Ciências, Física e Biologia). Já como Partes Diversificadas do

novo Currículo tínhamos as seguintes disciplinas: Programas de Saúde, Educação para o Lar (Artes Femininas e Tarefas Domésticas), Técnicas Agrícolas e Técnicas para Eletricidade, Clubes (civismo e esportes) e Folclore.

A avaliação se dava no processo sistemático de conscientização da ação educativa. Os critérios de resultado efetivavam-se por conceitos: ótimo, muito bom, bom, suficiente e insuficiente. A aprovação se efetivava se os alunos alcançassem os três primeiros conceito. Apesar da adoção de conceitos, o caráter classificatório da avaliação fica evidente na fala de uma aluna:

Como mensalmente recebíamos o boletim e nele era registrado o lugar que ficávamos em aprendizagem, um colega e eu sempre disputávamos o primeiro e o segundo lugar. Para nós era uma honra ser o primeiro lugar em aprendizagem. O mesmo se dava em relação às faltas que ocorriam somente em casos extremos. A Irmã Elsa tinha o hábito de visitar as casa, o que era uma grande honra para a família, ficava horas conversando com os pais. (entrevista feita com Soraia Maria Quadrado, ex-aluna do GEF Silva Jardim, 2005).

O Plano Pedagógico foi o último documento encontrado com a nomenclatura Grupo Escolar Ferroviário Silva Jardim. O nome “Silva Jardim” passa a aparecer somente nos documentos do Ginásio Estadual, junto ao Grupo Escolar. O Ginásio foi implantado em 1968, em função da necessidade dos ferroviários. As crianças terminavam o primário no Grupo Escolar Silva Jardim e tinham que ir fazer o Ginásio na Escola Navegantes que era particular e distante.

Todavia, em função da Resolução 111/74, que reorganizou toda a Rede Escolar do Estado, foram enquadradas as escolas que mantinham séries iniciais ou finais do ensino de 1º Grau, em Unidades Estaduais de Ensino.

O ano de 1974 foi o último ano que estudei no Silva Jardim. Não nos foi explicado nada, mas tive que sair da escola e fazer a 4ª série na Escola São Miguel, que era particular, talvez tenha sido extinto se não teria feito todo o fundamental lá como minhas irmãs. (entrevista feita com Sarai Quadrado, ex-aluna GEF Silva Jardim). Muitos filhos de ferroviários foram estudar na Escola São Miguel ou no Grupo Escolar Aymoré Drumond que ficava próximo. (entrevista feita com Soraia Maria Quadrado, ex-aluna do Grupo Escolar Ferroviário e do Ginásio Estadual Silva Jardim, 2005).

Conforme os Relatórios da Cooperativa dos Empregados da VFRGS analisados, sabemos que alguns dos Grupos Escolares mantidos por ela foram anexados à Rede Estadual de Ensino, outros, na sua maioria, foram extintos.

No Relatório de 1968, relativo ao Ginásio, temos os seguintes dados: prédio próprio pertencente à Cooperativa da Viação Férrea, de madeira e bom estado. Utilizavam apenas um dos prédios do Grupo Escolar, com quatro salas, seis sanitários, com área livre para recreio de aproximadamente de 900m<sup>2</sup> e área coberta para Educação Física com 95 m<sup>2</sup>, considerando como salas especiais a biblioteca e a cozinha (utilizada para técnicas). (PLANO PEDAGÓGICO, 1968: 3).

Ainda, nesse relatório, consta que muitos dos móveis foram doados pelo SENAI e pela Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e que estes foram recuperados pelos pais dos alunos. Outros foram confeccionados pelos pais ou adquiridos pelo Caixa Escolar.

Conforme registrado no Relatório de 1971, o Ginásio passou a utilizar um prédio do Estado, no qual funcionava um curso supletivo noturno, localizado no Bairro Navegantes, em Porto Alegre. Foram cedidas 10 salas de aulas, em bom estado de conservação, dois sanitários masculinos e três sanitários femininos, uma área para recreio e Educação física com mais ou menos 600 m<sup>2</sup>, salas ambientes como cozinha, biblioteca e sala para artes. O quadro de pessoal também aumentou constando, além de diretor e a secretária, trinta professores e três funcionárias.

Neste ano iniciaram as reformas relacionadas à Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71. Foi extinta a 1ª série ginásial e implantadas no Ginásio a 5ª e 6ª séries, mas coexistiam a 2ª, a 3ª e a 4ª séries do ginásial, que foram reformuladas gradativamente. Devido à procura de matrículas, o Ginásio passou a ministrar aulas nos dois turnos, manhã e tarde, tendo adotado a estrutura curricular estabelecida pela nova legislação.

Em 14 de maio de 1978 o Ginásio Estadual passou por reorganização atendendo a Constituição Estadual, passando a se constituir na Unidade Estadual de Ensino Paul Percy Harris de 5ª a 8ª série.

Em 1979, a escola passou a designar-se Escola Estadual Integrada de 1º Grau Lions Club Porto Alegre – Farrapos, em função desta instituição auxiliar filantropicamente as escolas e a comunidade, reconhecidamente carentes da Capital.

No ano 2000, com a Portaria de Unificação n.º. 3318, publicada em Diário Oficial de 19/12/2000, conforme nova LDB, a Escola passou a chamar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Lions Club Porto Alegre Farrapos, contando, atualmente, com 420 alunos em 18 turmas, 9 pela manhã (uma turma de pré-escola, uma turma de 4ª série e sete turmas de 5ª a 8ª séries) e 9 turmas a tarde (uma turma de pré-escola e oito turmas de 1ª à 4ª séries). O corpo docente é composto por 26 professores e 4 funcionários.

### **Considerações finais.**

Criada em 1945, a Escola Silva Jardim se transformou, em 1974, por decreto, em Unidade Estadual de Ensino Paul Percy Harris de 5ª a 8ª séries. Reorganizada em 1978 para Escola Estadual Integrada de 1º Grau Lions Club Farrapos passou, em 1982, para Escola Estadual de 1º Grau Lions Club Farrapos de 1ª a 8ª séries e, finalmente, em 2000, Escola Estadual de Ensino Fundamental Lions Club Farrapos, denominação atual.

Nesse processo, pelos dados empíricos que apresentamos, pode-se perceber a trajetória de uma instituição educativa que foi criada, como muitas outras, a partir das convicções educacionais e da ação do movimento organizado dos trabalhadores ferroviários. Nessa construção, percebeu-se a importância da Igreja Católica que, aproximando-se da Cooperativa dos Ferroviários, acabou por definir e implementar a concepção pedagógica que vigorou durante muito tempo e norteou as atividades das escolas.

Fora algumas escolas turmeiras e alguns grupos escolares incorporados à Rede Estadual de Ensino, a maioria foi extinta, fenômeno que merece ser melhor estudado. A pesquisa realizada, que se caracteriza por ser uma primeira aproximação ao tema, evidenciou o esforço educacional do movimento ferroviário, em sua atuação social por condições de vida e dignidade. Em sua historicidade, o caminho percorrido foi “do privado ao público”, o que não significou manter o atendimento dos objetivos para os quais essas instituições educativas haviam sido criadas.

### **Referências bibliográficas**

BUFFA, Éster. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza. . GATTI Jr., Décio. (orgs.) Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia. MG: Edufu, 2002, p. 25-38.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA VFRGS. Relatório correspondente ao exercício de 1946 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia da Escola Industrial “Hugo Taylor”, 1947.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1965 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia da Escola Industrial “Hugo Taylor”, 1966.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1968 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia da Escola Industrial “Hugo Taylor”, 1969.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1971 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia do Ginásio Industrial “Hugo Taylor”, 1972.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1976 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia do Ginásio Industrial “Hugo Taylor”, 1977.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1977 apresentado pelo Conselho de Administração da Cooperativa dos Empregados da VFRGS. Santa Maria: Tipografia do Ginásio Industrial “Hugo Taylor”, 1978.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1978 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia do Ginásio Industrial “Hugo Taylor”, 1979.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1979 apresentado pelo Conselho de Administração da Cooperativa dos Empregados da VFRGS. Santa Maria: Tipografia do Ginásio Industrial “Hugo Taylor”, 1980.

\_\_\_\_\_. Relatório correspondente ao exercício de 1981 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia do Ginásio Industrial “Hugo Taylor”, 1982.

\_\_\_\_\_. Revista Meio Século de Atividades. Porto Alegre: [s/n], 1963.

GATTI JR., Décio. A história das instituições educacionais. In: ARAÚJO, José Carlos Souza. . GATTI Jr., Décio. (orgs.) Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia. MG: Edufu, 2002, p. 3-24.

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei.



História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999, p. 67-72.

PLANO PEDAGÓGICO DO GRUPO ESCOLAR FERROVIÁRIO SILVA JARDIM. Porto Alegre, 1973.

RAGAZZINI, Dario. Os Estudos Históricos-Educativos e a História da Educação. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei. História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999, p. 19-35.

RODRIGUES, Nadir Bonini, Ir. Ação Inovadora dos Irmãos Maristas no sul do Brasil: 1900 – 2000. Porto Alegre: EPECÊ, 2000.

SCHENEIDER, José Odelso. Resgate de Aspectos da História do Cooperativismo do Rio Grande do Sul: 1902 – 1960. Cadernos Cedope, São Leopoldo/RS, Unisinos, 2000.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? I: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR: Curitiba, PR: PUCPR; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2004, p. 13-35.